

# ***OPTIMUS PRINCEPS ET ORDO SENATORIUS: UM ESTUDO DO PANEGÍRICO DE TRAJANO DE PLÍNIO, O JOVEM.***

## ***OPTIMUS PRINCEPS ET ORDO SENATORIUS: A RESEARCH OF PANEGYRIC OF TRAJAN OF PLINY THE YOUNGER***

Renata Lopes Biazotto VENTURINI\*

Alex Aparecido da COSTA\*\*

**Resumo:** A relação entre os imperadores e o Senado durante a época do Principado ocupa uma parcela importante do debate historiográfico sobre o período. Este artigo aborda a questão focalizando a passagem entre os séculos I e II d. C., quando o já estabelecido sistema imperial dependia, ainda, de muitas das instituições republicanas, especialmente aquelas representadas pela ordem senatorial, cujos membros, ciosos das ideias morais estoicas e das ideias políticas tradicionais, como *uirtus* e *mos maiorum*, contrapunham e respaldavam, ambigualmente, o poder imperial. Inserido neste contexto, o discurso de Plínio, o Jovem, o *Panegírico de Trajano* oferece à análise diversos elementos que compunham a busca de equilíbrio entre os céasares e a cúria. Nele, o autor construiu, em torno da figura do imperador Trajano, a imagem idealizada do governante a partir da ótica senatorial.

**Palavras-chave:** Principado; estoicismo; virtudes; idealização.

**Abstract:** The relationship between the emperors and the Senate during the time of the Principate occupies an important part of the historiographical debate on the period. This article addresses the issue focusing on the passage between the first and second centuries A. D., when the already established imperial system still depended on many of the republican institutions, especially those represented by the senatorial order, whose members, jealous of Stoic moral ideas and traditional political ideas, as *uirtus* and *mos maiorum*, contrasted and supported, ambiguously, the imperial power. Within this context, the discourse of Pliny the Younger, the *Panegyric of Trajan*, offers to analysis many elements that made the search for balance between the Caesars and the curia. In it he built, around the Emperor Trajan's figure, the idealized image of the ruler from the senatorial optics.

**Keywords:** Principate; stoicism; virtues; idealization.

### *Introdução*

Ao tornar-se imperador de Roma, no ano de 97 d. C., Marco Ulpio Trajano tinha diante de si um regime que já contava com mais de um século, dado que o estabelecimento do Principado remontava ao último quartel do século I a. C., quando Augusto lançou as bases do novo sistema de governo. Todavia, o novo César tinha diante de si instituições que se ligavam solidamente ainda ao passado republicano da

---

\*Doutora em História. Profª Associada da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: relobia@uol.com.br

\*\*Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: aleks\_1979@hotmail.com

*Urbs*, e, a mais significativa dessas instituições era a ordem senatorial. Formada pela elite do mundo romano, ela reunia os mais ricos e bem instruídos cidadãos do império. Embora heterogêneo em sua composição social, já que no período as diversas províncias eram então representadas, o Senado possuía uma *forma mentis* amplamente compartilhada por seus membros e que os levava a enfatizar as tradições ancestrais romanas. Sua orientação ética e moral mantinha o ideal do homem político próximo aos modelos forjados durante a época republicana.

Essa valorização do passado introduzia contradições na prática política do Principado, pois com a centralização de poder em suas mãos, o imperador, muitas vezes, regulava segundo seus critérios as carreiras políticas dos senadores, impedindo-os de alcançar, sem a interferência imperial, os ideais almejados conforme foram alcançados na República. Em outras palavras, utilizando um termo latino para melhor nos aproximarmos do discurso político, os membros do Senado não gozavam amplamente de sua *libertas*, que, grosso modo, expressava principalmente o gozo, sem coerção, dos direitos políticos disponíveis aos cidadãos no período republicano. Contudo, não se tratava de um total controle ou uma subtração geral de direitos do imperador em relação aos senadores, pois estes formavam a base de apoio do governante e respaldavam seu poder mantendo grande parte de sua tradicional importância. Para acomodar-se às novas condições o Senado buscava ilustrar as relações entre seus membros e o imperador a partir de ideias morais e políticas tradicionais, das quais abordaremos aqui principalmente a *uirtus* e o *mos maiorum*. A primeira definia principalmente as qualidades do homem que na prática política colocava em primeiro lugar os interesses do Estado, a segunda, por sua vez, condensava a ideia de que a grandeza de Roma repousava no permanente respeito aos costumes ancestrais. Esses princípios éticos eram traduzidos pela filosofia estoica, cujos ensinamentos permitiam abreviar as contradições e ambiguidades entre a moral defendida pelo *ordo senatorius* e a realidade política do poder imperial.

Inserido neste contexto, Plínio, o Jovem (62-113 d.C.), atuava à frente de um círculo cultural de político. Sua obra é basicamente epistolar. Apresenta um total de trezentas e sessenta e oito cartas distribuídas em dez livros. Os nove primeiros livros contêm assuntos de natureza diversa, reunindo questões de sua vida pública e privada. O décimo livro reúne sua correspondência com o imperador Trajano, tratando de temas voltados à administração pública, particularmente o governo da província da Bitínia e do Ponto. Por meio da correspondência podemos entrever a prática social durante os anos de 96-109 d.C., a maneira de viver dos romanos, a vida cotidiana dos senadores

tanto na *Urbs* quanto em suas casas de campo. Os assuntos tratados vão desde problemas de natureza econômica até a discussão de temas urbanos como os negócios públicos, a ocupação de cargos, as discussões jurídicas. Na condição de grande proprietário rural e de homem público, seus escritos resultam do íntimo contato com cidadãos romanos que exerceram diferentes funções no sistema político-administrativo de Roma.

Amigo íntimo de Trajano, Plínio, o Jovem, ilustrou a ótica do imperador, sobretudo a ideologia de um grupo senatorial de conciliação permanente entre a cúria e o príncipe, buscando legitimar a política do César e orientar os interesses senatoriais. A referida postura pliniana emerge, sobretudo, de seu *Panegírico de Trajano*, um discurso de agradecimento ao imperador pela indicação à magistratura consular, que Plínio assumiu no ano 100 d. C. Por meio da análise desta fonte foi possível delinear alguns aspectos inerentes à conciliação entre os interesses do César e do *ordo senatorius*. Nela o panegirista construiu uma imagem idealizada não só do imperador, mas também da ordem senatorial, na qual os interesses do Estado e da grandeza de Roma prevalecem embasados em diretrizes republicanas. Elementos importantes que compõem esta construção são as origens e as trajetórias públicas de Plínio e Trajano, por influenciarem os modelos apresentados no *Panegírico*.

*As relações de poder entre o César e o Senado.*

*Caius Plinius Caecilius Secundus*, mas conhecido como Plínio, o Jovem era originário de Cômô. Proveniente de uma família equestre, iniciou seu *cursus honorum* ainda jovem. Aos dezessete anos serviu no exército na Síria ocupando o cargo de tribuno militar no ano de 81 d. C. Posteriormente, assumiu o tribunado da plebe, foi questor, prefeito do erário de Saturno, cônsul, curador do rio Tibre e finalmente, governador da província do Ponto-Bitínia.

Durante o Principado os membros mais destacados do *ordo equestre* eram escolhidos pelos imperadores para fazerem parte do aparato administrativo do império. Plínio, o Jovem, foi um exemplo bem acabado de cavaleiro a serviço da administração imperial. O referido *cursus honorum* demonstra que Plínio, embora de ordem equestre, ascendeu em sua carreira pública e entrou para a ordem senatorial em razão de seu compromisso com o sistema do Principado. As importantes magistraturas exercidas por

Plínio como senador, especialmente a partir do consulado, sob Trajano, demonstram sua importância dentro do governo deste César.

*Marcus Ulpius Traianus*, o imperador Trajano (97-117 d. C.), por sua vez, também tinha em sua origem social um aspecto importante a ser considerado na ilustração de seu governo por parte de Plínio. Oriundo da Hispânia, foi o primeiro imperador provincial e a história de sua ascensão tem relação com as novas condições proporcionadas pela administração imperial. A distribuição de cidadania e a urbanização das províncias favoreceram a intensificação da participação e importância política das elites locais nos assuntos do Estado. Nesse contexto, membros das elites hispânicas aproximaram-se do poder imperial ao apoiar Vespasiano na crise de 69 d. C., que resultou na subida deste ao poder. Os apoiadores do novo imperador foram reconhecidos, entre eles o grupo político do qual fazia parte a família de Trajano. O acesso às magistraturas superiores e sua aproximação com o poder culminaram em 97 d. C. com a chegada de Trajano ao governo imperial após ser adotado pelo imperador Nerva, a quem sucedeu no poder.

No dia primeiro de setembro do ano 100 d. C., Plínio, o Jovem, ao assumir sua função como cônsul, profere em Roma uma *gratiarum actio*, um discurso de agradecimento ao imperador Trajano por sua indicação à importante magistratura. A elocução, que passou para a história com o título de *Panegírico de Trajano* ocupa um lugar significativo dentro do contexto institucional do Principado, condensando a relação cooperativa de um membro do senado de origem equestre com o César, que por sua origem provincial carecia, não essencialmente, mas mais do que seus antecessores, da legitimação da cúria.

A ocasião em que a *gratiarum actio* de Plínio foi pronunciada exigia que um dos aspectos a serem mais explorados fosse a relação entre o príncipe e o Senado. Ao assumir o poder após o curto reinado de Nerva, mas, sobretudo, depois daquele de Domiciano, quando a relação entre este e a cúria havia se deteriorado, Trajano deveria ter sua imagem representada não só como uma antítese do último Flávio, mas, especialmente, como a síntese de um governante em harmonia com os senadores. E esse objetivo pliniano seria atingido a partir da ilustração da *uirtus* do César, respaldada no *mos maiorum* e traduzida pelo estoicismo.

Portanto, no quadro em que Plínio nos apresenta Trajano como o príncipe ideal, podemos entender que o *background* era constituído pela tradição, ou seja, pelo *mos maiorum*. Desde o início do discurso o panegirista deixa claro que o respeito aos antigos valores era a base para uma boa política sob o Principado:

É boa e sábia a instituição de nossos ancestrais, pais conscritos, de fazer começar por preces tanto os discursos quando os atos; pois os homens nada saberiam inaugurar segundo os ritos, nada com providência sem a segurança, o conselho e o respeito dos deuses imortais. Este hábito, quem o deve seguir e observar senão um consul, ainda mais no dia no qual, sob a injunção do Senado e em nome do Estado, somos convidados a agradecer o melhor dos príncipes? (*Panegírico*, 1, 1-2).

Este chamado das relações religiosas e cívicas à tradição da *Urbs* anuncia a postura moralizadora que Plínio compartilhava e que estava em voga no período. Pois, moral e tradição eram lugares comuns no discurso da aristocracia senatorial que, embora apoiasse o novo regime, permanecia ciosa dos modelos de comportamento que os distinguiam e fizeram a grandeza de Roma. Por isso, e o *Panegírico* é um exemplo destacado, a moral era “sustentada pelo brilhante aparelho da retórica, se manifestava em todos os setores da literatura” (CIZEK, 1983, p. 79-80). Temos como exemplo desse discurso de apelo à moral e às tradições a descrição pliniana da adoção de Trajano por Nerva:

Também, zeloso para evitar esta desgraça ele tomou conselho acerca do que pensavam não só os homens, mas também os deuses. Além disso, não foi em uma residência, mas em um templo, não diante do leito nupcial, mas diante do *puluinar* de Júpiter Optimus Maximus que a adoção foi consumada (*Panegírico*, 8, 1).

Ato inédito, a adoção de um sucessor fora da família do príncipe carecia do respaldo da tradição, o que se alcança com a sanção divina. A presença da crítica a outras adoções que teriam sido efetuadas sem a aprovação de Júpiter é uma forma de fornecer mais legitimidade a uma escolha inovadora, pois, embora a adoção fosse uma prática comum entre os romanos como forma de garantir herdeiros para famílias inférteis, em relação à sucessão imperial as adoções até então efetuadas contemplavam filhos das esposas dos príncipes: Augusto adotara o filho de Lívia, Tibério; Cláudio o filho de Agripina, Nero. Mas estes, quando assumiram o governo, não haviam atuado em conciliação com os senadores, o que permitiu a Plínio desqualificar a forma de ascensão ao poder imperial. Em outras palavras, quanto à adoção, o sucesso da escolha dependia do respeito aos antigos valores representados pela presença dos ritos religiosos tradicionais da *Urbs*.

Na passagem citada, Plínio menciona que Nerva, ao adotar Trajano, também tomara o conselho dos homens, ou seja, os senadores. Dessa passagem emerge a valorização da *auctoritas* do Senado, órgão tradicionalmente responsável pela escolha

dos magistrados, função resgatada em relação à escolha do imperador, pois as sucessões anteriores ocorreram praticamente por meio de um modelo dinástico. Embora a escolha de Trajano deva ser entendida dentro de um contexto senatorial em que prevalecia a *factio hispana* que apoiara a ascensão de Vespasiano e manteve seu poder com o beneplácito dos Flávios, ela não deixa de ser uma escolha senatorial em oposição às decisões exclusivas feitas por imperadores que optaram por um filho ou enteado. Muito pelo contrário, “Trajano é um senador escolhido pelos senadores para ser imperador” (CONNOLLY, 2008, p. 272). Tal forma de acesso ao poder fortalecia a imagem de Trajano como *princeps*, o primeiro dos cidadãos escolhido pelos senadores para governar o Estado. E a consciência dessa condição faz com que Trajano reconheça a importância dos senadores e da *dignitas* dos cargos que eles exercem:

Mas o que é preciso louvar mais do que todo o resto é que tu deixas ser cônsules aqueles que tu fez cônsules; é que do príncipe não vem nenhum perigo, nenhum temor que enfraquece e aniquila os corações dos cônsules; eles não terão nada a ouvir apesar deles, nada a decidir por força. Esta magistratura conserva e conservará a veneração que lhe é devida e no exercício de nossa autoridade não perderemos nossa segurança (*Panegírico*, 93, 1).

Ao ressaltar o respeito de Trajano pelo livre exercício do consulado Plínio procura demonstrar que as magistraturas estavam em funcionamento e com elas a *libertas* republicana vigorava. É interessante notar que em torno dessa valorização das instituições tradicionais emerge o real teor das relações entre o príncipe e o Senado, pois se ele era escolhido pelos senadores, estes, por sua vez, eram escolhidos por ele para compor tanto a ordem senatorial quanto para assumir as magistraturas a serviço do Estado. Tratava-se, portanto, de um jogo de relações em que o César ocupava um papel central, pois na sua escolha e confirmação no poder a presença de um grupo de apoio pré-existente era preponderante. Posteriormente este mesmo grupo era beneficiado pelo imperador e expandido com a inclusão de novos senadores, fiéis ao seu governo. Cizek (1983, p. 234) explica que a relação com o Senado era baseada no *obsequium*, ou seja, o respeito, e no compromisso entre o imperador e a ordem no âmbito da autocracia do César que, no entanto, reconhecia a necessidade de certas concessões ao *ordo senatorius*, já que era de tal corpo que emanava o apoio que era a base de seu poder, da riqueza e da manutenção social e administrativa do império.

Além do respeito às instituições, representadas pelas magistraturas, a construção do príncipe ideal no âmbito da tradição demandava que o príncipe figurasse como um modelo exemplar aos cidadãos romanos e especialmente aos senadores que, mesmo

oriundos da Itália e das províncias, destinavam um importante valor às virtudes ancestrais (CIZEK, 1983, p. 123) que deveriam orientar a vida do homem público:

Persevere somente, César, e teus princípios, teus atos obterão o poder e os efeitos de uma censura. Pois a vida do príncipe é uma censura, e, na verdade, perpétua: sob ela nós nos dirigimos, sob ela nós nos guiamos, e temos menos necessidade de ordens do que de exemplos. O medo é um mestre de moral ruim. O melhor ensinamento aos homens reside nos exemplos cujo principal mérito é provar que seus preceitos são executáveis (*Panegírico*, 45, 6).

A evocação da figura do censor é significativa, pois dentre suas atribuições mais importantes tal magistrado tinha como dever zelar pela moral e pelos costumes. O expoente desse cargo foi Catão, o Velho<sup>1</sup> (GARNSEY & SALLER, 1994, p. 130), que no início do século II a. C., exerceu com rigor a referida magistratura e durante sua carreira política adotou uma postura de oposição à introdução de costumes que pudessem enfraquecer os valores tradicionais de Roma. Esse retrospecto evidencia a importância que Plínio atribui ao *mos maiorum* na construção da imagem ideal de Trajano. Também Augusto, no início de seu reinado, buscara o restabelecimento da moral antiga. Como restaurador da República era preciso dar destaque aos valores ancestrais, pois a crise republicana era muitas vezes atribuída à decadência da austeridade tradicional romana (MICHEL, 1969, p. 11). Nesse sentido, a Trajano, em sua política de conciliação com a cúria, cabia esse modelo de comportamento atribuído ao magistrado encarregado da censura. Mas Plínio não busca evocar apenas o valor de cargos públicos tradicionais como forma de exaltar Trajano. Sob a ótica do *mos maiorum*, ele também compara o César com os heróis da *Urbs*:

A ti erguemos então estátuas semelhantes às aquelas que outrora eram dedicadas a particulares por serviços extraordinários prestados à pátria; vemos estátuas do César que são da mesma matéria que aquelas dos Brutos, dos Camilos. E pela mesma razão. Aqueles desterraram de nossos muros os reis e o inimigo vitorioso. Este repele, expulsa a tirania e todo o mal que mantinha a cidade presa, e se ele ocupa a posição de príncipe é porque não existe lugar para um mestre (*Panegírico*, 55, 6-7).

Dessa aproximação entre Trajano e grandes cidadãos do passado romano emergem no discurso de Plínio as qualidades do príncipe ideal, ou seja, do *mos maiorum* resulta a *uirtus* do bom governante. Na passagem citada, reis e tirania são apresentados como condenáveis pela tradição romana, e ainda que o príncipe ocupasse

uma posição que podia ser identificada com a realeza ele não era considerado um monarca. Por isso, a ausência do conceito de *rex* na titulação dos imperadores romanos discutida por Ames (1999, p. 49-64) é significativa. A posição e o poder que dele emanavam exigia do César “vencer nele não somente a tentação, mas a consciência de sua própria tirania” (MICHEL, 1969, p. 89).

Além da identificação e respeito de Trajano para com os heróis romanos e as instituições cívicas e religiosas do passado, a *uirtus* do imperador foi ilustrada por Plínio através do *mos maiorum* também nos hábitos privados do César que, assim como Nerva, abdicou da ostentação que o cargo lhe proporcionaria (GRIFFIN, 2008, p. 92-94). Tal postura pode ser percebida na forma como o panegirista descreve a *frugalitas* das recepções do imperador:

Tu não passas em nossa companhia somente as horas sérias do dia? Em teus momentos de prazer a mesma afluência e a mesma intimidade não intervêm? Tu não fazes sempre tuas refeições no meio de nós? Não as fazes sempre conosco em uma mesa comum? Não devemos às refeições que partilhamos um prazer recíproco? Tu não provocas nossas conversações, tu não as responde? Quanto à própria duração de teus jantares, se a frugalidade a abrevia, a cultura do espírito não os alonga? [...] Não é o ouro nem a prataria, nem o refinamento dos requintes culinários que nos admiramos, mas tua gentileza e tua amabilidade (*Panegírico*, 49, 4-5, 7).

Outro importante modelo que o homem político romano deveria seguir na sua vida privada era o do *pater famílias*. No *Panegírico* este aspecto do homem é explorado, sobretudo na relação entre Trajano e as mulheres da *domus* imperial: sua esposa Plotina e sua irmã, Marciana:

Muitos homens ilustres viram transformar-se em vergonha o fato de ter escolhido a esposa sem reflexão ou de tê-la guardado com complacência: assim uma glória pública caiu sob os golpes de uma vergonha doméstica, e o que os impedia de serem considerados grandes cidadãos era valerem pouco como maridos. Tua esposa serve a tua honra e a tua glória. Existe alguma mais santa, mais virtuosa? Se um pontífice máximo tivesse que escolher uma mulher não escolheria ela ou semelhante (mas onde encontrar semelhante)? De tua riqueza ela não exige mais do que o prazer que ela tem! Com que sabedoria ela venera não teu poder, mas somente a tua pessoa! Frente a frente vos sois o que sempre foram; vós vos aprovais mutuamente e vossa riqueza não vos acrescentaria nada se não fosse próprio de vós saber se comportar bem diante da riqueza. Ela é simples em seus ornamentos, discreta em sua escolta, modesta em suas vestes! É a obra de seu esposo que assim a formou e a moldou, pois à esposa basta a glória da obediência. [...] Quanto a tua irmã, como ela faz lembrar que ela é tua irmã! Como encontramos nela seu caráter aberto, tua

franqueza, tua candura; se a comparamos a tua esposa, somos levados a perguntar o que vale mais para viver virtuosamente, uma boa educação ou um nascimento feliz. (*Panegírico*, 83; 84).

Na passagem, vemos que Plínio condiciona o sucesso do homem público à forma como ele conduz sua vida privada, e, no caso de Trajano, à harmonia doméstica. A humildade de sua esposa e irmã qualificam-no como modelo do *pater familias* que mantinha sua *domus* dentro da ordem ditada pela tradição onde as mulheres estavam submetidas à ordem patriarcal.

Os exemplos aqui apontados buscaram exemplificar a síntese do modelo ideal do príncipe tendo como base seu respeito pelo *mos maiorum*. Vista como base da grandeza do Estado romano, a tradição era também reivindicada como o sustentáculo do poder do príncipe que se propunha a governar em conciliação com o Senado, que era o bastião dos valores ancestrais sob o Principado. A sanção das tradições era a plataforma sobre a qual a *uirtus* do príncipe era expressa, pois, devido à ambiguidade do regime, as qualidades de um governante a frente de um sistema que ainda se estabelecia era dependente de um equilíbrio entre o novo e o antigo, o qual Plínio buscou conciliar no *Panegírico de Trajano*.

A *uirtus* do imperador, de acordo com Cizek (1983, p. 218), era entendida como a virtude que englobava todas as qualidades que deveriam garantir a felicidade universal. A *uirtus* era, na época de Trajano, o principal modelo e a ideologia que legitimava e orientava o príncipe. Em consonância com essa concepção, Plínio busca aproximar a abstração da ideia com um modelo concreto de sua atuação na vida política:

Aprendemos muito bem que ter uma virtude é ter todas; nós queremos, entretanto, verificar se atualmente ainda não há alguma diferença entre um bom cônsul e um bom príncipe. Pois, há a dificuldade de desempenhar ao mesmo tempo dois poderes, os mais altos, já que existe entre eles certa contradição: o príncipe deve parecer o mais possível, o cônsul o menos possível, com um simples cidadão (*Panegírico*, 59, 5).

Vemos, portanto, que a *uirtus* do César, fundada na tradição, deveria ser demonstrada no desempenho exemplar das magistraturas republicanas, neste caso, o consulado. O panegirista introduz ainda a figura do cidadão como baliza do modelo ideal, embora ele considere que o poder imperial e o consulado situem-se em uma posição aproximada de dignidade, reconhece que mesmo aí as disparidades são grandes. Por isso, a cidadania, sinônimo de simplicidade<sup>2</sup>, é apresentada para abrandar a superioridade do poder imperial e também para contrastar com a importância da

magistratura. Nas palavras de Chamizo (2003, p.126), “Trajano está seguindo o modelo do *civilis princeps*, ao mesmo tempo monarca e cidadão”. Ou seja, ao desempenhar o consulado, o príncipe deveria expressar sua *uirtus* tendo como parâmetro a figura do cidadão, da qual o próprio Plínio oferece um delineamento:

Aquele que brilhou na guerra eclipsou-se na paz; o outro se distinguiu sob a toga, mas não sob as armas; aquele buscou o respeito, mas pelo terror; o outro o amor, mas pela humilhação; aquele perdeu fora uma glória adquirida em sua casa, aquele outro perdeu em sua casa a glória conquistada fora dela: enfim, ninguém até aqui alcançou virtudes que não estivessem manchadas pela presença de defeitos. Ao contrário, que acordo e que concerto de todos os louvores e de toda glória concentra nosso príncipe! Sua alegria, sua simplicidade, sua bondade não afastam sua gravidade, sua autoridade, sua majestade. (*Panegírico*, 4, 5-7).

A descrição apresenta o homem político ideal, o *optimus civis* (NICOLET, 1992, p. 44). O equilíbrio entre o guerreiro e o político, entre o homem público e o homem privado, a valorização da sobriedade, da maturidade e da dignidade da presença física de Trajano demonstram o quanto o conservadorismo contribui, no *Panegírico*, para ilustrar a *uirtus* do príncipe.

Segundo Nicolet (1992, p. 27), ao homem romano competia saber mandar e obedecer, o que sob a ótica das instituições republicanas significava a consideração pelas magistraturas que, temporárias e colegiadas, não permitiam ao cidadão iludir-se com o poder que elas representavam. Em relação ao imperador, o respeito às leis representava a forma como Trajano se comportava ou deveria se comportar diante do povo romano (CHAMIZO, 2003, p. 125). A imagem de um príncipe reverente às leis significava a redução da defasagem de estatuto entre ele e o Senado. As passagens que ilustram a proximidade entre o César e o *ordo senatorius* são muito exploradas por Plínio para exaltar as qualidades de Trajano:

Mas tu, tu eras maior que todos e maior sem diminuir ninguém: cada um conservava em tua presença a mesma autoridade que em tua ausência; na verdade mais de um devia um aumento de respeito ao respeito que tu lhe testemunhavas. (*Panegírico*, 19, 2) Era uma satisfação geral quando para recepcionar tu abraçavas os senadores como em tua partida eles haviam te abraçado. (*Panegírico*, 23, 1) Depois, com que aplausos, com que alegria os senadores receberam o beijo que tu davas em cada candidato após o ter nomeado, te colocando no mesmo nível com eles e te conduzindo com um daqueles que traziam suas felicitações. (*Panegírico*, 71, 1).

O entusiasmo com que Plínio procura apresentar as relações de Trajano com a cúria deriva do reconhecimento do César em relação ao papel que o Senado desempenhava no sistema imperial. A consciência senatorial do príncipe era importante para a manutenção do estatuto da ordem. Além disso, a adesão senatorial ao governante não era incondicional e dependia da *securitas* que o César deveria garantir aos senadores, situação que, segundo Plínio, não estava presente durante o reinado dos imperadores que antecederam Trajano, especialmente aquele de Domiciano:

De guarda na porta o horror, as ameaças, igual apreensão de ser introduzido ou repellido; após o que, terrível também de reconhecer e ver; a soberba na frente, a cólera nos olhos, uma palidez feminina sobre o corpo, sobre a face um impudência mascarada por uma intensa vermelhidão. Ninguém ousava dele se aproximar, lhe falar, este ser que procurava sempre as trevas e o mistério, e somente deixava a solidão para criar a solidão (*Panegírico*, 48, 4-5).

A construção de uma imagem desabonadora atribuída a Domiciano era, naturalmente, o recurso para exaltar Trajano por meio da oposição entre o *princeps* e o *tyrannus*. As, devemos lembrar também que “os retratos a nós apresentados são quase sempre caricaturas apavorantes, das quais devemos desconfiar” (MICHEL, 1969, p. 88). Todavia, o último Flávio, é apresentado como inimigo do Senado responsável por implantar um regime de terror para eliminar inimigos e expulsar os filósofos (BLÁZQUEZ, 2003, p. 18). A questão se torna ainda mais complexa se recordarmos que o *cursus honorum* de Plínio florescera no tempo de Domiciano, o que o panegirista esclarece para não se comprometer:

Se for verdade que fui favorecido na carreira das honras pelo mais abominável dos imperadores antes que ele atraísse o ódio das pessoas honestas, me desvinculei quando ele se tornou odioso. (*Panegírico*, 95, 3).

Contudo, sob Trajano, o panegirista era um *amicus principis*, o que também demonstra certa continuidade entre as duas dinastias por conta da manutenção de indivíduos como Plínio, envolvidos nos altos cargos da administração imperial. O *Panegírico* não tinha o intuito de fazer um balanço imparcial, sua função propagandística exigia a acentuação dos vícios dos governos anteriores com vistas a ressaltar as qualidades de Trajano. Dito de outra forma, a comparação era uma forma eficiente de exaltar a *uirtus* do governante Antonino, por isso, a forma como é descrita as recepções de Trajano é tão contrastante com as de Domiciano:

E tu, em pessoa, como sabes receber bem, aguardar todo mundo! Passar grande parte de teus dias em meio de tantos problemas políticos com aparência de lazer! Nós também não nos dirigimos a ti pálidos, apavorados, hesitantes como se nos aproximássemos de um perigo de morte, mas seguros e felizes, no momento que nos convém. (*Panegírico*, 48, 1).

Para enfatizar a *uirtus* de Trajano, o panegirista utiliza o recurso da comparação. Faz isso a partir de temas e situações sensíveis aos membros da ordem senatorial. Com isso a *gratiarum actio* de Plínio visava tranquilizar os membros da cúria, especialmente porque em 100 d. C. o governo de Trajano estava ainda no início, o que, de certa forma, lançava dúvidas em relação ao futuro do reinado:

A verdade era que a relação entre o imperador e o Senado sempre foi o resultado da tensão entre o que a maioria dos senadores achava que ele deveria ser, e o que ele realmente era, ou poderia tornar-se: *princeps* ou *dominus*. (ECK, 2008, p, 214).

A transformação do primeiro cidadão em senhor, ou seja, *dominus*, era algo que o *ordo senatorius* não contemplava na ideologia do Principado. A aceitação da autocracia do César somente poderia acontecer se a *libertas*, entendida muito mais como *securitas* fosse garantida. É o que Plínio garante em relação a Trajano: “Semelhante início foi esmagador para todos os outros; tu és a cada dia mais admirável e mais perfeito, de uma maneira que os outros príncipes souberam ser apenas em promessa” (*Panegírico*, 24, 1). As incertezas dos primeiros anos de governo eram oriundas de experiências passadas: Tibério, inicialmente tomado de escrúpulos republicanos, não se entendeu com os senadores e terminou seu reinado com a imagem de um tirano recluso; Calígula, coberto pela fama de seu falecido pai Germânico, não correspondeu às expectativas; Nero, após os bons tempos de seu *quinquênio*, envolveu a *domus* imperial e o Senado em tramas e assassinatos. Mas, a comparação no *Panegírico* não dizia respeito somente ao príncipe, mas também à escolha dos membros que deveriam compor seu estado maior:

Na verdade os príncipes que te precederam, salvo teu pai e com ele um ou dois outros (para falar com exagero), preferiam nos cidadãos os vícios às virtudes, primeiro porque se ama em outro sua própria natureza, segundo, porque eles julgavam que suportariam melhor a escravidão aqueles que só serviam para serem escravos (*Panegírico*, 45, 1).

A seleção adequada dos indivíduos que fariam parte do círculo do imperador não era somente uma maneira de atestar a *uirtus* do César, mas também de valorizar as

qualidades daqueles que eram nomeados para os altos cargos da administração imperial. Como primeiro cidadão não cabia a Trajano apenas ser exemplo de um governante virtuoso, esperava-se dele também a capacidade de identificar e favorecer os homens de qualidade. Quando Plínio diz: “é próprio de ti, César, confiar as funções a quem deseja se desencarregar” (*Panegírico*, 87, 2) ele destaca que Trajano preferia não estar rodeado de ambiciosos. Os outros imperadores haviam, portanto, se cercado de indivíduos de caráter reprovável justamente porque não estavam interessados pela manutenção e bom andamento da *res publica*, tarefas que exigiam a *uirtus*, já que ela se tratava de uma ideia moral que se expressava na devoção ao Estado.

Contudo, o fato de o príncipe devotado ao *mos maiorum* expressar sua *uirtus* pelo respeito aos valores e instituições ancestrais não significava que na época de Trajano os senadores estivessem inclinados a buscar o retorno ao sistema republicano. Na verdade, ao demonstrar suas qualidades por meio dos canais apresentados, o César garantia o bom funcionamento do novo regime. Ou seja, embora fundada na tradição, a *uirtus* do príncipe traduzia-se dentro dos limites e necessidades que a administração imperial demandava. É o que se depreende do discurso pliniano:

“Tudo o que, Pais conscritos, eu digo ou tenha dito sobre os outros príncipes, tende a mostrar por quais velhos hábitos foi corrompida e deteriorada a moral do Principado, que nosso pai recupera e reforma” (*Panegírico*, 53, 1).

Essa construção da *uirtus* do príncipe, sob a tensão constante entre a tradição e a realidade, encontrou em Plínio uma significativa forma de expressão na problemática do exercício da magistratura consular por parte do príncipe. A parcimônia com a qual o príncipe se utilizasse deste importante cargo revelava, então, sua moderação no exercício do poder.

Eis o que faz a glória do consulado que tu exercestes; e eis o que dele diferiu: como teu principado começava já completo e pleno somente de honras, tu recusaste o consulado que os novos imperadores se atribuíram. Ele foi destinado a outros. Houve até mesmo um que ao fim de seu principado extorquiu e roubou os consulados que ele havia dada por suas mãos, dos quais a maioria já tinha sido cumprida. Assim esta honra que do início ao fim do reinado dos príncipes foi alvo da cobiça e até do rapto, tu a deixou aos particulares, embora estivesse livre e sem titular. (*Panegírico*, 57, 1-2).

Na passagem, é notável a importância que Plínio dedica ao consulado, valorizado por Trajano exatamente na moderação com que ele exerce a magistratura, Griffin (2008, p. 103) assinala que o César foi cônsul somente três vezes, um largo

contraste com a postura dos Flávios, que haviam monopolizado o cargo. Embora a magistratura tivesse perdido com o Principado muito das prerrogativas republicanas, tratava-se de uma função muito celebrada por ser a etapa final do *cursus honorum*, após a qual o senador exercia as mais altas funções da administração imperial. A alegria com que o panegirista assume seu consulado, bem como na demonstração do que o cargo representa para ele são significativas:

Como igualar nosso reconhecimento a teus favores? A única maneira será lembrarmos sempre que nós fomos cônsules e teus cônsules, de ter sentimentos e votos dignos de consulares, de nos ocupar de coisa pública de maneira a acreditar que a República existe, de não recusar nem nossos conselhos nem nossa ajuda, de não nos estimar nem nos libertar, nem por assim dizer aliviados do consulado, mas por assim dizer nele permanecer ligados e unidos, e de continuar a dar tanto trabalho e zelo quanto nós recebemos de honra e dignidade (*Panegírico*, 93, 3).

A ênfase no prestígio do cargo, bem como nos contornos republicanos, que Plínio nele evoca, demonstram que o respeito de Trajano em relação ao consulado era, por extensão, uma forma de valorizar os costumes antigos e os senadores que viam na distinção consular a manutenção da importância da ordem e de seus membros. Assim, cada vez que um senador assumia o consulado mais levemente ele sentia sobre si o poder do imperador, ao passo que a moderação com a qual o príncipe exercia a magistratura fazia com que ele mantivesse sua proximidade com os cidadãos, ou seja, sua postura de *princeps*. Essa atitude equilibrada em relação a mais alta magistratura comprova a *uirtus* do imperador:

Nossa unanimidade parece pedir um sacrifício a tua discrição querendo que, príncipe, tu fosses tantas vezes cônsul como foi um de teus senadores: extremamente modesto, recusas como se fosses somente um particular. (*Panegírico*, 58, 2).

Nesta abordagem, Plínio apresenta o consulado como uma distinção da qual a humildade de Trajano não permite abusar. A presença da ideia da recusa representa o respeito imperial em relação às instituições republicanas, embora o príncipe, na ótica pliniana, fosse o mais indicado para o consulado. Todavia, a insistência na recusa poderia significar falta de capacidade ou mesmo desprezo às instituições, é por isso que Plínio também celebra quando Trajano assume seu terceiro consulado. “É a estas razões tão imperiosas que a modéstia de nosso príncipe, apesar de uma longa resistência, cedeu enfim” (*Panegírico*, 60, 4). Mas a aceitação do consulado oferecido pelos senadores não

significava que o César sucumbira à vaidade, mas sim que aceitara um encargo que outros príncipes não se dispuseram assumir integralmente.

Outro, mesmo se não estava entregue ao ócio ou ao prazer, relaxaria diante de um labor contínuo ao menos por momentos de lazer e repouso; ele, livre das ocupações consulares, retoma as ocupações imperiais com tamanho equilíbrio que, príncipe ele não desejava o poder de um cônsul, nem cônsul aquele de um príncipe (*Panegírico*, 79, 5).

Nesse sentido, a convivência das instituições republicanas sob o Principado estava representada na junção da figura do cônsul e do príncipe na pessoa de Trajano. E o César demonstrava sua *uirtus* ao assumir a magistratura não em busca de prestígio ou poder, mas para servir ao Estado, função que ele também deixava aos outros senadores por não reservá-la exclusivamente para si. Assim, o comedimento de Trajano era a garantia e a segurança do regime, e sua *uirtus* era respaldada tanto pelo respeito às tradições quanto pela coerência com qual ele adaptava as tradições às demandas imperiais. É por isso que a propaganda do Principado lançava mão também da *Stoa* para traduzir e reacomodar as ideias e as instituições, segundo as exigências morais do presente.

A filosofia do Pórtico servia para aparar as arestas e resolver, ou pelo menos relativizar, as contradições e ambiguidades inerentes ao Principado. Pois, “a vantagem dessa doutrina reside evidentemente no fato de que, conforme as necessidades do momento, pode justificar tudo, e, igualmente seu contrário” (ROULAND, 1997, p. 347). No âmbito da propaganda imperial devemos entender que esta colocação discerne a capacidade da *Stoa* tanto para celebrar o regime do Principado, sob um bom príncipe, quanto para criticar o governante que por seus vícios fizesse degenerar até mesmo o sistema de governo que poderia ser exemplar sob um imperador virtuoso.

Outros aspectos desta filosofia também foram utilizados pelo panegirista para exaltar o César, que, inclusive, segundo Montero (2000), possuía ideias estoicas. No *Panegírico* a imagem de Trajano é resultado da construção pliniana, embora as intenções propagandísticas prevaleçam não devemos desconfiar totalmente da sinceridade do autor, que, certamente, realça em seu elogio as qualidades do príncipe que coadunavam com a *Stoa*, a qual na época “era a base doutrinal do império” (MONTERO, 2000, p. 172). Imbuídas dessa filosofia os valores romanos tradicionais expressam igualmente a visão estoica:

Tu podes muito bem parecer ter alcançado entre os homens o cume das honras, entretanto, o que tu deixaste representava uma felicidade

maior: tu renunciaste sob um bom príncipe a condição de homem privado. (*Panegírico*, 7, 2).

Essa atitude de devoção ao Estado em detrimento à vida pessoal, característica importante da *uirtus*, representa também a abordagem do estoicismo em relação ao controle das paixões e da capacidade de diferenciar as coisas simplesmente preferíveis das verdadeiramente boas (GILL, 2006). Ou seja, Trajano não se entregou ao prazer do *otio* do homem privado, pelo contrário, aceitou a indicação de Nerva que o tornaria imperador e que lhe imporia o *negotio* da vida imperial. Assim o César não fez o que era interessante somente para si, mas o que era realmente bom para o império, pois ele era a pessoa destinada e capaz de assumir a posição de *princeps*.

Partindo de uma visão conformista da realidade a *Stoa* abre ao indivíduo a possibilidade de demonstrar sua *uirtus* nos limites da posição que a sociedade lhe destinou. O fato de Trajano não ter sucedido Nerva por uma via hereditária, mas por conta de sua escolha, como opção mais adequada, reforça na trajetória do César a função do Destino defendida pelos estoicos. Responsável por distribuir as atribuições dos homens, o Destino deve ser compreendido e aceito pela sabedoria humana como forma de elevação moral.

Devido ao cosmopolitismo estoico e à noção de Destino, a escolha do imperador não deveria recair somente sobre os romanos ou itálicos, pois “quem deve comandar a todos deve ser escolhido entre todos” (*Panegírico*, 7, 6). Isso significava a justificação, no discurso de Plínio, da escolha de Trajano, um provincial, por meio da visão universalista do Pórtico. Após ser escolhido, ele deu provas de sua *uirtus*:

É uma grande prova de tua moderação que tu tenhas sido aceito não somente por sucessor, mas também por colega e por associado. Um sucessor, gostando ou não, é preciso ter; um associado é possível não tê-lo, a não ser que o queira. (*Panegírico*, 9, 1).

O fato de Trajano ter sido destinado ao governo imperial pela Fortuna, pois “o mundo inteiro formava o mesmo voo” (*Panegírico*, 10, 2), coloca em tela a relação entre determinação e ação prevista pelo estoicismo. Embora circunstâncias internas e externas atuem sobre o indivíduo, seu comportamento e atitude diante delas permanecem sob seu controle (FREDE, 2006). É dentro desta perspectiva que Plínio exalta o comportamento de Trajano enquanto co-regente de Nerva, a proximidade que ele estava do governo não excitou sua paixão pelo poder, atitude irracional e contrária à natureza que afastaria o equilíbrio natural (BRUN, 1986). Tal equilíbrio, entendido dentro do contexto, correspondia à manutenção da ordem política do mundo romano

que, por sua abrangência, era entendido como a própria ordenação cósmica. O controle das paixões, especialmente o daquele que fosse detentor de grande poder, era para os estoicos uma marca de elevação moral do indivíduo que o identificava com a figura virtuosa do sábio, que “não é, por conseguinte, um apaixonado, porque julga sadiamente, porque vive de acordo com a razão natural” (BRUN, 1986). O César, identificado com o modelo de sabedoria estoica figura, então, como modelo para elite senatorial:

Os assuntos que tu conduzes, que tu colocas em pauta, são assim como o tipo, o modelo do gênero de vida, da espécie de homens que tu preferes; e se tu não te encarregastes até hoje com a censura nem com a prefeitura da moral é porque te agrada mais experimentar nosso valor por benefícios do que por severidades. Além disso, eu não sei o que faz mais pela moral, o príncipe que permite a moralidade ou aquele que nessa posição constrange. Brando, o príncipe nos conduz aonde ele quer, e nós somos uma espécie de seguidores (*Panegírico*, 45, 4-5).

A construção da figura exemplar de Trajano, especialmente a postura flexível, que mais permite a expressão espontânea das virtudes do que as obriga, coaduna diretamente com a descrição do sábio estoico apresentada por Brun (1986, p. 43): “sábio, no estoicismo, há de ser considerado quem segue a retidão da vida, após madura reflexão. Sábio é aquele que não obedece às leis por medo, mas porque as julga salutares.”

A *virtus* do príncipe, respaldada pelo *mos maiorum*, expressada pelo estoicismo na ótica pliniana e observada de uma perspectiva senatorial é, portanto, a partir do exemplos aqui arrolados, a junção de múltiplas qualidades que contemplavam igualmente modelos tradicionais de comportamento do homem político e atitudes louváveis adotadas pelo César nos momentos pontuais de sua carreira política, especialmente na ocasião de sua escolha por Nerva e na sua posterior ascensão ao poder, bem como na forma como ele o exerceu.

Esse conjunto de atitudes e condutas favoráveis adotadas pelo César e celebradas por Plínio, em seu discurso, foi responsável pela atribuição senatorial do título de *Optimus Princeps* a Trajano. Apesar de aparecer oficialmente somente a partir de 114 d. C. o título já teria sido oferecido pelo Senado ao César desde os primeiros anos de seu governo em 100 d. C. (ROMÁN, 2003, p. 175), ou até mesmo antes de sua ascensão, como forma de legitimar a sucessão imperial (CIZEK, 1983, p. 210). Plínio fazia coro com a imagem que o César gozava nos círculos senatoriais:

Não é por justas razões que o Senado e o povo romano juntaram ao teu nome aquele de *Optimus*? Ele é comum, diria até banal, contudo, novo. Sabemos que ninguém recebeu este título, e que é difícil imaginar que alguém o tivesse merecido. Seria suficiente chamar-te *Felix*? É um elogio que não é moral, mas de sorte. *Magnus*? É um título ao qual se liga mais a inveja que o brilho. Adotando um príncipe perfeito te deu como nome, o Senado, aquele de *Optimus*. Este nome é para ti tão pessoal quanto o nome paterno; e ainda não está bem claro se se faz melhor compreender dizendo Trajano ou *Optimus*, da mesma maneira que outros designavam os Pisões por sua frugalidade, os Lelios por sua sabedoria, os Metelos por sua piedade filial, todas as virtudes que são reunidas neste nome que é teu. E apenas pode ser julgado *Optimus* aquele que supera todos os homens nas virtudes em que cada um é excelente. É então com razão que após teus outros títulos junte-se aquele como o maior. É menos ser *imperator*, César, Augusto, que ser melhor que todos os imperadores, todos os céсарes, todos os augustos. Assim o pai dos homens e dos deuses é adorado primeiro sob o nome de *Optimus*, somente após sob o de *Maximus*. É ainda mais brilhante teu mérito, tu que é aos olhos de todos não menos *Optimus* que *Maximus*. Tu obtive um nome que não se saberia passar a outro sem parecer emprestado em um bom príncipe, falso em um mal, que, mesmo se todos teus sucessores o usarem, será sempre considerado como teu. Da mesma forma que o nome de Augusto nos faz sempre pensar a quem o teve primeiro, da mesma forma esta denominação de *Optimus* não retornará jamais à memória dos homens sem que eles pensem em ti, e cada vez que nossos descendentes forem atribuir o título de *Optimus*, eles lembrar-se-ão quem mereceu assim ser chamado. (*Panegírico*, 88, 4-10).

Vê-se que sob o título de *Optimus*, atribuído a Trajano, o panegirista sintetiza a imagem do príncipe como um cidadão cujas virtudes são superiores na mesma medida em que ele também é um governante melhor que seus antecessores. Na citação, passado, presente e futuro testemunham a excelência do César. Fernández (2003, p. 32) lembra que a frase “*felicior Ausgusto, melior Trajano*” endereçada pelo Senado aos imperadores indica a permanência da fortuna de Trajano, certamente ligada ao título de *Optimus*. Distinto por sua boa atuação governamental, o título também visava estabelecer Trajano como modelo aos próximos imperadores (BLÁZQUEZ, 2003, p. 24). Na mesma linha, Cizek (1983, p. 211) acrescenta que o título de *Optimus Princeps* era resultado das qualidades reais do imperador somadas às aspirações políticas então vigentes. O mesmo autor acrescenta que, assumida por Trajano, a denominação reforçava sua *auctoritas* pessoal ao identificá-lo com Júpiter modelando-o como um ser providencial, merecedor e capaz de exercer o poder absoluto.

Plínio aproxima essa imagem senatorial de Trajano contida na ideia de *Optimus Princeps* às noções que ora analisamos. Verifica-se que o *mos maiorum* pode ser constatado na lembrança de que o título viera do Senado e do povo romano. No texto latino do *Panegírico*, a presença da fórmula *senatus populusque romanus*,

frequentemente abreviada SPQR, nos estandartes republicanos, busca mostrar que a superioridade de Trajano era válida pela ratificação das instituições. Plínio também aproxima Trajano dos valores ancestrais recorrendo ao nome de famílias tradicionais cujas virtudes o César supera. A associação do imperador com a imagem de *Jupiter Optimus Maximus* por sua vez remete à divinização do governante nos moldes estoicos, já que essa filosofia propunha que a distinção, a elevação do homem, seu progresso moral aproximava-o das divindades. Nesse sentido o título de *Optimus*, na perspectiva pliniana, cristalizava a *uirtus* de Trajano com base no *mos maiorum* e na *Stoa*.

### *Considerações finais.*

A análise do discurso pliniano, embora não apresente critérios bem definidos sobre a relação entre o Senado e o imperador, oferece-nos elementos sobre como a ordem senatorial idealizava a interação entre a cúria e o César. A obra de Plínio, o Jovem, aponta as diretrizes principais sobre as quais deveriam ser orientadas as duas partes em busca de equilíbrio para as instituições que regiam o sistema do Principado. No *Panegírico de Trajano* esse esforço conciliatório construiu-se, sobretudo, por meio da exaltação das tradições como forma de vincular a excelência das práticas políticas aos valores ancestrais.

A ênfase de Plínio nas ideias morais e políticas que abordamos explicita a necessidade senatorial de aproximar a realidade política do Principado com ideais republicanos. Por isso a *uirtus* do príncipe aparece sempre atrelada a atitudes, tanto em relação ao Estado quanto aos senadores, que a memória da cúria atribuía aos eminentes cidadãos da República. No mesmo sentido, apresenta-se a noção de *mos maiorum*, incluindo, para além de sua interdependência com a *uirtus*, posturas cívicas e religiosas tradicionais no rol de qualidades do príncipe ideal. O estoicismo, por sua vez, aparece como elemento modulador dos aspectos contraditórios dessa busca de acomodação entre a idealização do passado e a realidade do presente. Tal doutrina filosófica favorecia condensar no imperador qualidades anteriormente compreendidas no seu compartilhamento entre os cidadãos organizados sob um regime de governo, no qual a divisão e a limitação do poder eram sinônimo da *uirtus* do bom governante. Ao atribuir uma série de qualidades a Trajano, respaldando-as por meio de elementos tão sólidos quanto a tradição e tão elaborados quanto a filosofia, Plínio justificou no César o modelo de *Optimus princeps* que o Senado via e procurava imprimir ainda mais no imperador.

## Referências.

### 1) Fontes:

PLINE LE JEUNE. *Panegyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par Marcel Durry. 4. Ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

### 2) Livros e periódicos.

AMES, Cecilia. El título imperial romano y la problemática del Principado. *Estudios Clásicos*. Tomo 41, nº. 116, p. 49-64, 1999.

BLÁZQUEZ, José María. *Trajano*. 1ª. Ed. Barcelona: Ariel, 2003.

BRUN, Jean. *O estoicismo*. 1ª. Ed. Lisboa: Edições 70, 1986.

CIZEK, Eugen. *L'époque de Trajan: circonstances politiques et problèmes idéologiques*. Paris: Les Belles Lettres, 1983.

CHAMIZO, José Carlos Saquete. La imagen de Trajano en las fontes literárias. In: FERNÁNDEZ, Julián González. (Org.). *Trajano, Óptimo Príncipe: de Itálica a la corte de los césares*. 1ª. Ed. Sevilla: Fundación El Monte, 2003, p. 121-140.

CONNOLLY, Joy. Fear and freedom: A New Interpretation of Pliny's Panegyricus. In: URSO, Gianpaolo (Org.). *Ordine E Sovversione Nel Mondo Greco E Romano: Atti Del Convegno Internazionale, Cividale Del Friuli, 25-27 Settembre 2008*.

ECK, Werner. Emperor, Senate and magistrates. In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. (Org.). *The Cambridge Ancient History: The High Empire, A. D. 70-192*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 214-237.

FREDE, Dorothea. Determinismo estóico. In: INWOOD, Brad. (Org.). *Os estoicos*. 1ª. ed. São Paulo: Odisseus, 2006, p. 199-227.

FERNÁNDEZ, Julián González. Tranjo: datos biográficos. In: FERNÁNDEZ, Julián González. (Org.). *Trajano, Óptimo Príncipe: de Itálica a la corte de los césares*. 1ª. Ed. Sevilla: Fundación El Monte, 2003, p. 7-34.

GARNSEY, Peter e SALLER, Richard. *L'empire romaine. Économie, société, culture*. Paris: Éditions La Découverte, 1994.

GILL, Christopher. A Escola no período imperial romano. In: INWOOD, Brad. *Os estoicos*. 1ª. ed. São Paulo: Odisseus, 2006, p. 35-63.

GRIFFIN, Mirian. Nerva to Hadrian. In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. (Org.). *The Cambridge Ancient History: The High Empire, A. D. 70-192*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 84-131.

MICHEL, Alain. *La philosophie politique à Rome d'Auguste à Marc Aurèle*. Paris, Armand Colin, 1969.

MONTERO, Santiago. Prodigio y expiación en el imperio de Trajano. *Gerión*. Anejos IV, p. 41-94, 2000.

NICOLET, Claude. O cidadão e o político. In: GIARDINA, Andrea. (Org.). *O homem romano*. 1. ed. Lisboa: Presença, 1992. p. 19-48.

ROMÁN, Cristóbal González. Trajano, Optimus Princeps: a propósito de los *alimenta*. In: FERNÁNDEZ, Julián González. (Org.). *Trajano, Óptimo Príncipe: de Itálica a la corte de los césares*. Sevilla: Fundación El Monte, 2003, p. 173-204.

ROULAND, Norbert. *Roma, democracia impossível? os agentes do poder na Urbs romana*. Brasília: UNB, 1997.

VEYNE, Paul. Humanitas: romanos e não romanos. In: GIARDINA, Andrea. *O homem romano*. 1. ed. Lisboa: Presença, 1992, p. 281-302.

## Notas

---

<sup>1</sup> Catão, o Velho, viveu entre 234 a. C. e 149 a. C., período em que a expansão começava a introduzir na *Urbs* novos costumes, especialmente gregos e orientais, incoerentes com o *mos maiorum*. Sobre a época de Catão devemos ressaltar que, situada após as vitórias sobre Cartago, registrou uma crescente transformação da estrutura social a partir das oportunidades de exploração das regiões conquistadas e do crescimento do escravismo, o que resultou no enriquecimento de novas camadas e no abandono de costumes mais rígidos.

<sup>2</sup> A relação entre simplicidade e cidadania expressa na atitude do indivíduo que se submete aos interesses do Estado e não utiliza o poder das magistraturas em proveito pessoal tinha em Roma como exemplo a história heróica de Cincinato, cidadão exemplar que viveu no século V a. C. e teria abandonado seu arado, síntese de sua vida rústica, para assumir a ditadura e fazer frente a uma crise militar, ao fim da qual abriu mão do poder e retornou às suas atividades agrárias.

Artigo recebido em 09/02/2015. Aprovado em 06/04/2015.